



## **Incremento na segurança: 599 novos servidores são nomeados para a PCMG**

Com 599 novos servidores nomeados nesta quinta-feira (27/4), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) reforça sua força de trabalho e, conseqüentemente, a segurança pública no estado. Os atos oficiais de nomeação dos aprovados em concursos em vigor para as carreiras policiais e administrativas foram assinados pelo governador Romeu Zema e publicados no Jornal Minas Gerais - clique [AQUI](#) (págs. 2 e 3).

Do total de servidores, 69 passam a integrar o quadro de delegados de polícia; 257, de escrivão de polícia; 170, de investigador de polícia; três, de perito criminal; dois, de médico-legista; 36, de analista da Polícia Civil; e 62, de técnico assistente da Polícia Civil. Todas as nomeações são referentes a editais publicados em outubro de 2021 (carreiras policiais) e abril de 2022 (administrativas).

A chefe da PCMG, delegada-geral Leticia Gamboge, pontua a importância do incremento dos recursos humanos no âmbito da instituição para a segurança pública mineira. “Damos as boas-vindas aos novos servidores com a certeza de que Minas Gerais é o estado mais seguro para se viver”, ressalta ao informar que a Polícia Civil está mobilizada para receber os novos servidores.

Os próximos passos são a posse dos nomeados, que deve no prazo de 30 dias, e a convocação para o Curso de Formação Técnico-Profissional, promovido pela PCMG por meio da Academia de Polícia Civil (Acadepol-MG). A previsão é que até novembro deste ano a capacitação seja concluída e todos, após devida preparação, possam exercer na prática suas respectivas atribuições legais.

### **Fortalecimento**

Ao longo dos últimos quatro anos (2019 a 2022), a PCMG teve um incremento de 1.594 novos servidores, fortalecendo os trabalhos de polícia judiciária e de prestação de serviços nas diversas regiões de Minas Gerais.

Conforme anunciado pelo Governo do Estado no último dia 23 de março, as nomeações foram autorizadas devido à vacância de cargos das carreiras policiais e administrativas da Polícia Civil ocorrida nos últimos anos em virtude de aposentadorias, falecimentos e exonerações de servidores. O recurso para as nomeações vem do Tesouro Estadual e será destinado ao pagamento dos novos servidores a título de despesa com pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita a reposição de força de trabalho em áreas essenciais, como a segurança, com a nomeação de excedentes em concursos desde que haja vacância de cargos.